

MONUMENTOS ARQUITETÔNICOS: Uma Fonte de Pesquisa em História da Educação Matemática¹

Elmha Coelho Martins Moura²

RESUMO

Este artigo tem por finalidade relatar o uso de monumentos arquitetônicos como fonte de pesquisa em História da Educação Matemática. A iniciativa deste texto é resultado de diversas investigações realizadas baseando-se em monumentos e, assim, a discussão da temática desenvolveu-se sobre dois trabalhos referentes ao ensino da Matemática em escolas profissionalizantes federais brasileiras, no início do século XX, escolhidos pelo assunto em comum. O primeiro trata das Escolas de Aprendizes Artífices, no início da República, tendo como fonte de pesquisa a Estátua Equestre de D. Pedro I; o outro trabalho diz respeito à Escola Técnica Nacional, baseou-se no Monumento da Juventude Brasileira, cujas esculturas estão na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Esta é uma pesquisa alicerçada nos conceitos da História Cultural, com uso do conceito de Documentos/Monumentos. O texto evidencia o uso de monumentos arquitetônicos, dotados de elementos históricos, necessários para a construção de contexto histórico e político de um ensino de Matemática, em escolas profissionalizantes.

Palavras-chave: Documentos/Monumentos. Ensino de Matemática. Ensino Profissionalizante.

ABSTRACT

This article aims to report the use of architectural monuments as a research source in the History of Mathematics Education. The initiative of this text is the result of several investigations carried out based on monuments and, thus, the discussion of the thematic was developed on two works referring to the teaching of Mathematics in Brazilian federal vocational schools, in the beginning of the XX century, chosen by the subject in common. The first deals with the Escola de Aprendizes Artífices, in the beginning of the Republic, having as a research source the Equestrian Statue of D. Pedro I; the other work concerns the Escola Técnica Nacional, was based on the Monument of the Brazilian Youth, whose sculptures are in the city of Rio de Janeiro, Brazil. This is a research based on the concepts of Cultural History, using the concept of Documents / Monuments. The text evidences the use of architectural monuments, endowed with historical elements, necessary for the construction of historical and political context of a Mathematics teaching, in professional schools.

Keywords: Documents / Monuments. Mathematics Teaching. Vocational Education.

¹ Pesquisa financiada – Bolsa CAPES

² Docente da Universidade Federal da Integração Latino Americana. E-mail: elmha.moura@unila.edu.br

INTRODUÇÃO

Após investigar diversos monumentos como “A Árvore da Liberdade” na cidade de Rio Claro (SP), a “Estátua Equestre de D. Pedro I” na cidade do Rio de Janeiro (RJ), o “Monumento da Juventude Brasileira” na cidade do Rio de Janeiro (RJ), o “Padrão dos Descobrimentos” no Concelho de Lisboa em Portugal, o “Mausoléu Alfredo da Silva” no Concelho do Barreiro, também em Portugal e, atualmente, o “Marco das Três Fronteiras” na cidade de Foz do Iguaçu (PR), com finalidade historiográfica de uma escrita da História, História da Educação Matemática e História da Matemática, surgiu a decisão de relatar parte dessas experiências.

Para isso, foi necessário realizar um recorte sobre essas pesquisas, no intuito de aprofundar uma discussão sobre uso de monumentos arquitetônicos como fonte de pesquisa em História da Educação Matemática. A escolha recaiu sobre dois monumentos arquitetônicos localizados na cidade do Rio de Janeiro, “Estátua Equestre de D. Pedro I” e “Monumento da Juventude Brasileira”, por agregarem informações sobre o ensino da Matemática em escolas profissionalizantes federais brasileiras, no início do século XX, foco principal de minhas pesquisas. A ação resultou na construção de contexto histórico, político e econômico de um ensino dessa disciplina em escolas profissionalizantes.

A Estátua Equestre de D. Pedro I foi utilizada como ponto de partida para uma discussão sobre o ensino profissionalizante, no período de transição do Brasil Império para o Brasil República. Tempo histórico da criação das Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais brasileiras, com uma análise que segue para o ensino de Matemática na Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso. Já o Monumento da Juventude Brasileira, teve a finalidade de sediar uma discussão referente a questões políticas educacionais e o processo de industrialização do país, durante o Estado Novo varguista e a Ditadura Militar. Tais questões implicaram a implantação do ensino industrial federal nas capitais brasileiras, e influenciaram o ensino de Matemática na Escola Técnica Nacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa está situada no campo investigativo da História da Educação Matemática, que faz uso de diversas fontes de pesquisas para a escrita historiográfica, como as fontes imagéticas, por exemplo, pois nelas estão as pinturas, as fotografias e os desenhos; as fontes escritas, que compreendem os documentos, literaturas e periódicos e as fontes orais, que coletam os depoimentos sobre o tema pesquisado.

É vasto o acervo dos diferentes tipos de fontes de pesquisas, entre as quais está o uso de monumentos, considerados, em minhas pesquisas, sob um conceito mais amplo do que as usuais construções arquitetônicas. O conceito de monumento está em concordância com Faria (1962) que inclui as obras literárias e com Le Goff (1992), ao considerar os documentos como monumentos.

O processo investigativo dos Documentos/monumentos está alicerçado na História Cultural. Para Burke (2000, p.267), ela “tem de conter em si mesma, várias línguas e pontos de vista, incluindo os dos vitoriosos e vencidos, homens e mulheres, os de dentro e os de fora, de contemporâneos e historiadores”. Sob essa perspectiva, foram investigados alguns aspectos políticos e sociais que puderam influenciar na concepção do ensino profissionalizante e, em consequência, no ensino da Matemática.

O interesse pelos monumentos justifica-se por serem representações materiais de eventos passados e dotados de intencionalidades, desde seu planejamento, localização e desenvolvimento, de maneira a comunicar mensagens associadas à celebração, contestação ou memorização, visando ao presente e ao futuro. São, contudo, objetos de complexos significados e sujeitos a diversas interpretações.

Sendo assim, os monumentos possibilitam um entrelace com a História Cultural, de maneira a abordar questões políticas, sociais, culturais e artísticas, pertinentes a discussões sobre o ensino de Matemática de um determinado período, instituição e acontecimento histórico.

MONUMENTOS/DOCUMENTOS: notas conceituais

Estátuas, obeliscos, templos, túmulos são percebidos como monumentos, peças urbanas que compõem o “cenário” da cidade, em determinado espaço público. As categorias de acervo dessas peças podem ser vastas. Vejamos o sentido da palavra *monumento*, segundo Faria (1962):

MONUMENTUM (moni-), -i. subs. n. I - Sent. próprio: 1) O que traz à lembrança alguma coisa, lembrança, penhor (Cic. Cat. 3, 26). II - Daí várias acepções particulares: 2) Túmulo, estátua, inscrição, lápide (C. Nep. Dion. 10). 3) Templo, monumento (comemorativo de algo) (Cic. Mil. 17). 4) Obra literária, monumentos escritos (Cic. Phil. 5, 17). 5) Sinal, indício (de reconhecimento) (Ter. Eun.753)

(Faria, 1962, p.620).

O termo, no latim, refere-se à lembrança de alguma coisa, e também como penhor de algo que assegura a lembrança. *Monumentum* não se restringe às construções arquitetônicas de túmulos, estátuas, templos e construções comemorativas; alcança, também, os registros escritos como as inscrições, as lápides e os textos. Essa classificação nos remete ao conceito de “Documentos/monumentos”, referido por Le Goff (1992, p.545), segundo o qual todo documento tem em si um caráter de monumento. “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

A definição de *Monumentum* refere-se, também, a sinais, indícios de reconhecimento. Ao refletir sobre os objetos que possuem sinais que são reconhecidos, imaginamos de imediato, os que são visíveis. Há também os que são invisíveis, em concordância com Benjamim (1987, p.238), quando diz: “esconder tudo de modo que tudo possa ser descoberto sem que nada tenha de ser removido do lugar”, no que se refere a deixar rastros naquilo que se esconde.

Os monumentos são elaborados e construídos com características físicas, símbolos, e em locais com a finalidade de transmitir uma ideia e de serem rememorados pela geração presente e pelas futuras gerações. Esses objetos foram criados por diferentes grupos sociais que, segundo Knauss (1999), são os que intervêm no ambiente urbano com peças urbanas, às quais atribuem caráter histórico e artístico. A partir dessa intervenção os cidadãos ressignificam os diversos territórios de seu cotidiano e constroem a sua identidade com a sua localidade.

Criado para ser rememorado, o monumento torna-se portador de informações históricas de como algo deve ser lembrado pela população, característica que faz dele objeto de interesse e disputa, por influenciar na construção de uma identidade coletiva, por meio da constituição de uma memória. Por isso, também, é lugar de interesse dos historiadores.

Para Burke (2000), os historiadores interessam-se ou precisam interessar-se pela memória, por duas razões. A primeira seria estudar a memória como uma fonte histórica; a segunda, conhecê-la como um fenômeno histórico, pelo que se poderia chamá-la de história social do lembrar.

Para Le Goff (1992), é na memória coletiva que fermenta a História. Essa memória situa-se nos lugares monumentais como cemitérios, arquiteturas, *lugares simbólicos* como as comemorações; nos *lugares físicos* como os arquivos, as bibliotecas e os museus; nos

lugares funcionais como os manuais e nas autobiografias, entre outros mais. O autor ainda ressalta que não podemos nos esquecer de procurar os criadores de tal memória, tais como Estados, meios sociais e políticos e comunidades de experiências históricas, que são levados a constituir seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.

Portanto, é nessa carga de significados e nas relações possíveis de se estabelecer com os monumentos, que eles são vistos como uma fonte de pesquisa, detentora dos seguintes aspectos de interesse investigativo: os elementos históricos; a memória coletiva; o sentido político; a comunicabilidade de mensagens, bem como o controle de seus significados e a relação com a Educação Matemática.

Durante o processo de investigação, foi possível destacar três possibilidades do uso de monumentos como fonte em uma pesquisa historiográfica que, segundo Moura (2016a), varia de acordo com a intenção do pesquisador:

- O monumento pode ser utilizado como um ponto de partida para a *discussão de um contexto* de um Ensino de Matemática;
- Pode ser utilizado para a própria *construção de um contexto* para um Ensino de Matemática;
- Pode, também, ser utilizado para a *construção* de um Ensino da Matemática.

A Estátua Equestre de D. Pedro I foi analisada como ponto de partida para a discussão de um contexto do ensino de Matemática nas escolas de aprendizes artífices, no limiar do século XX; o Monumento da Juventude Brasileira, foi analisado para a construção de um contexto de ensino dessa disciplina na Escola Técnica Nacional, que existiu no período de 1942 a 1978. Ambos os contextos buscam uma discussão política, econômica e cultural pertinentes ao ensino de Matemática investigados.

Esses monumentos acumulam complexos significados e estão submetidos a diversas interpretações. Sendo assim, para investigá-los é necessário visitar os locais onde estão expostos e analisar documentos e literaturas a eles referentes.

PROCESSO INVESTIGATIVO DOS MONUMENTOS ARQUITETÔNICOS

Investigar os monumentos arquitetônicos consistiu em visitá-los *in loco*, a fim de perceber todo o conjunto que os compõe: o espaço, a escala, as características físicas, bem como os seus pormenores e detalhes, já que foram organizados e construídos com uma

intencionalidade que é possível perceber em um contato direto com sua composição. As percepções nos espaços dos monumentos foram consideradas como parte imprescindível do processo da investigação e escrita.

Monumentos arquitetônicos são objetos de natureza tridimensional, razão do estar *in loco*; assim, analisar fotografias, plantas baixas e outras representações de naturezas bidimensionais desses objetos arquitetônicos, consiste em análise de imagens, procedimento que dispensa visitas ao objeto pesquisado.

De acordo com Bergson (2006), toda percepção já é memória. Nesse sentido, percepção é o rememorar das informações do passado em contato com o presente, ou seja, é a memória nessa interação temporal constante. Há um estímulo dessa percepção causada pelos elementos dos monumentos, tais como suas escalas, formas, símbolos e locais, que têm a função de remeter a uma época e a um acontecimento histórico, e permanecer na memória de quem os observa.

Assim, é preciso compreender as informações explícitas e intrínsecas, presentes nos símbolos que os compõem, e no espaço criteriosamente selecionado para expô-los na função da obra. A intenção de um olhar apurado, junto ao objeto observado é capaz de perceber pormenores, tais como as relações entre os elementos de seu aspecto físico, o estilo, as influências, o processo de constituição, as intenções e os conflitos.

Para analisar os monumentos arquitetônicos, é preciso, também, o uso de documentos e literaturas, nesse caso, referentes às esculturas investigadas. Para Moura (2016), tais fontes escritas podem ser pesquisadas em bibliotecas, museus, arquivos públicos e arquivos escolares. Assim, os documentos escritos que constituíram uma investigação da “Estátua Equestre de D. Pedro I” foram localizados na Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e nos arquivos do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), antiga Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (IFMT); no que diz respeito ao “Monumento da Juventude Brasileira”, as informações escritas foram localizadas nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro (IPHAN/RJ), situado no Palácio Cultural Gustavo Capanema e nos arquivos históricos da ETN, atual Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

Os documentos referentes ao ensino da Matemática, localizados nos arquivos escolares, também devem ser preservados, segundo a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Assim, de acordo com esse artigo, recebem o tratamento conceitual de

Documentos/Monumentos, ou seja, a postura de análise é similar à dos monumentos: a percepção diante da leitura dos textos; a compreensão das informações explícitas e intrínsecas dos documentos; uma leitura minuciosa capaz de perceber pormenores, relacionados com os elementos do texto, de outros textos e com o contexto.

Para isso, foi necessário selecionar os documentos que continham quaisquer informações sobre a disciplina Matemática, como currículos, programas, relatórios, decretos e assuntos de aulas, em uma relação com as literaturas referentes ao ensino da matéria, inter-relacionando as pesquisas sobre as estátuas com as do ensino de Matemática no ensino profissionalizante.

MONUMENTOS ARQUITETÔNICOS COMO FONTE DE PESQUISA: alguns exemplos no ensino de matemática em escolas profissionalizantes

A escolha do monumento que será utilizado como fonte de pesquisa em História da Educação Matemática consiste em verificar, assim como os documentos, a sua existência, e a sua carga histórica, ou seja, os tipos de informação de que ele dispõe, de maneira a possibilitar o desenvolvimento de uma investigação.

No primeiro contato visual com os monumentos arquitetônicos – neste trabalho as estátuas – deve ser perceptível a mensagem para a qual que ele foi projetado, e que costuma ser de fácil entendimento, no intuito de ser assimilado e perpetuado, na memória de quem os observa.

Vejamos a Estátua Equestre de D. Pedro I. Ela mostra a imagem imponente do monarca, vestindo uma farda, com um dos braços erguidos tendo em suas mãos, em vez de uma espada, uma folha de papel – a Carta Magna de 1824. O monumento está localizado na atual Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro. A imagem não faz alusão a um rei, pois D. Pedro I está desprovido de coroa e cetro, mas, exalta um imperador em seu grande feito à nação, a primeira Constituição brasileira, a mensagem de uma monarquia constitucional. O nome da praça “Tiradentes”, herói republicano, destoava da figura do homenageado “D. Pedro I”, herói monárquico.

Foi um período histórico em concordância com a implantação da rede federal de ensino profissionalizante: as escolas de aprendizes artífices nas capitais brasileiras. Nesse sentido, a Estátua Equestre de D. Pedro I, que representa a transição do período Brasil

imperial para o Brasil republicano, foi utilizada como ponto de partida para uma discussão sobre o ensino profissionalizante no início da República brasileira.

Quanto à segunda escultura, no primeiro olhar ao Monumento da Juventude Brasileira, visualizamos a estátua de um casal de jovens desnudos, a caminhar em direção ao edifício “Palácio Cultural Gustavo Capanema”, antiga sede do Ministério de Educação e Saúde (MES). Ao observar o conjunto arquitetônico, percebemos a interação da estátua com o edifício e a mensagem pretendida: a juventude brasileira era o próprio MES, ela era a sua prioridade.

A história da construção da estátua e da sede do MES fez parte de um projeto educacional do Ministro Gustavo Capanema, que culminou, entre outras ações, com a implantação do ensino industrial na rede federal de ensino profissionalizante: extinguiram-se as escolas de aprendizes artífices e implantaram-se as escolas industriais e/ou as escolas técnicas nas capitais brasileiras. Nesse sentido, o Monumento da Juventude Brasileira, idealizado no período do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), foi utilizado para a construção de um contexto político educacional de um ensino de Matemática na Escola Técnica Nacional.

Seguem os exemplos dos contextos políticos elaborados a partir das estátuas, para uma discussão de um ensino de Matemática em escolas profissionalizantes federais brasileiras.

A Estátua Equestre de D. Pedro I

Localizada na cidade do Rio de Janeiro No Brasil, a Estátua Equestre de D. Pedro I, de acordo com Moura (2016a), foi utilizada como ponto de partida para uma discussão do ensino de Matemática em escolas profissionalizantes, em um contexto de transformação do regime governamental do Brasil imperial para o republicano.

A estátua foi construída por iniciativa de Haddock Lobo (1817-1869) e inaugurada no dia 30 de março de 1862. O espaço escolhido foi a Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes, local onde D. Pedro I havia jurado a Constituição política do Império. Segundo Carvalho (1990), a Praça tornou-se local e ocasião de uma revolta entre adeptos da Monarquia e da República. O lugar era propício para a revolta, por ter sido o mesmo onde, em 21 de abril de 1792, fora realizado o enforcamento de Tiradentes, herói republicano.

Foi um embate entre a memória de D. Pedro I, promovida pelo Governo, e a de Tiradentes, símbolo dos republicanos.

O Imperador D. Pedro I não foi representado com as insígnias imperiais, mas em uniforme militar e com a Carta Magna (1824) do país em mãos, de forma a simbolizar a Independência e a Constituição, passando a imagem de um Príncipe que não expressava uma monarquia absoluta, mas sim um Império com bases constitucionais.

A Carta Magna de 1824 foi o ponto de partida para uma discussão sobre o ensino profissionalizante da época. Nela constava o item XXV do artigo 179, que mencionava: “Ficam abolidas as corporações de ofícios, seus juízes escrivães e mestres”. Esse artigo libertou os aprendizes da tirania das Corporações de Ofícios e dos Mestres; colocou um fim na obrigatoriedade da avaliação para o desempenho dos misteres profissionais, realizada por essas associações, o que acarretava uma série de desvantagens para os aprendizes. A extinção trouxe liberdade profissional.

É nesse “cenário” de transformação do Brasil Império para o Brasil República, que se desenvolve uma narrativa do ensino profissional, no final do século XIX para o início do século XX, período que o país buscava afirmar uma nova identidade para um país republicano. Em 23 de setembro 1909, o Presidente da República Nilo Peçanha (1867-1924) assinou o Decreto nº 7.566, criando nas capitais dos Estados brasileiros, escolas de aprendizes artífices. Esse Decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino de ofícios. Hoje, essas instituições de ensino são conhecidas como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

As escolas de aprendizes artífices surgiram com o caráter disciplinador social e de desenvolvimento industrial, caminho que, de acordo com a elite dominante da época, ajudaria a conduzir e a consolidar um Brasil republicano.

Para discutir os possíveis conteúdos do ensino da Matemática, nesse período, escolheu-se a Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso, devido à acessibilidade e disponibilidade dos documentos do arquivo escolar daquela Instituição.

Assim, foi possível descrever um currículo e com base na carga horária das disciplinas, verificar que o Desenho, a Aprendizagem de Oficina e a Matemática, destacavam-se em relação às demais disciplinas na formação do futuro artífice. Em uma escola profissionalizante, para desenhar eram necessários mais que os primeiros traços livres, eram primordiais os conhecimentos de geometria e aritmética, aliados ao

conhecimento de técnicas e instrumentos de desenho. As disciplinas referentes à aritmética e geometria, possibilitavam um bom desempenho na disciplina de desenho.

Em suma, o ensino de Matemática foi importante para a formação de artífices, profissão destinada a afastar as crianças das más tendências e formar trabalhadores qualificados para que atendessem aos interesses industriais e sociais de um país na busca por consolidar-se como República, período conhecido como a Primeira República no Brasil.

O Monumento da Juventude Brasileira

Também localizado na cidade do Rio de Janeiro, o monumento foi utilizado para a construção de um contexto da forma de governo ditatorial, do Estado Novo varguista (1937-1945), e do processo de industrialização, descrito em Moura (2016), acontecimentos que influenciaram na implantação do ensino industrial nas capitais brasileiras, transformando as antigas escolas de aprendizes artífices em escolas industriais e/ou escolas técnicas.

O Monumento da Juventude Brasileira foi construído por iniciativa da mocidade escolar, no desejo de demonstrar a sua gratidão e confiança no Presidente da República, pelas realizações em benefício da pátria e pela juventude estudiosa do Brasil. No monumento, deveria constar a sua célebre frase: “É na juventude que deposito a minha esperança e é para ela que apelo”. Não tendo encontrado o motivo da não colocação da frase, pode-se, talvez, supor que entre a data do lançamento da pedra fundamental e a conclusão do monumento (1947) houve um período "longo", pois Getúlio Vargas já não estava no poder e o interesse na construção do monumento tinha perdido a força.

O ministro Gustavo Capanema esboçou os traços gerais do monumento, formado por dois jovens a marchar, como uma sugestão aos artistas que confeccionaram suas maquetes com base nesse desenho. O idealizador da estátua foi o escultor Bruno Giorgi (1905-1993), que representou a juventude brasileira na forma de dois jovens desnudos, o menino à frente da menina, ambos a caminhar em direção da nova sede do Ministério da Educação e Saúde (MES), atual Palácio da Cultura “Gustavo Capanema”.

A estátua tinha que interagir e compartilhar do mesmo objetivo do Ministério da Educação e Saúde – a formação do homem brasileiro, que deveria ser possuidor das

seguintes qualidades de cidadão: senso de união pelo ideal nacionalista do regime, patriotismo, ser trabalhador e crente no futuro da nação sob a direção do Estado Novo.

A juventude idealizada pelo Estado Novo era, segundo Lissovsky e Sá (1996), uma mocidade com ideias nacionalistas que levasse às ruas suas canções, bandeiras e marchas organizadas, em um pensamento dinâmico de fé e participação social que representasse a força e a promessa do regime político que os formava e os apoiava.

O Estado Novo almejava um país desenvolvido industrialmente, o que ocasionou, via Decreto-Lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, a organização e a implantação de escolas técnicas federais nas capitais brasileiras, destinadas à formação do técnico. No Rio de Janeiro, a Escola Técnica Nacional (ETN), atual Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CFETRJ) – Unidade Maracanã, estabelecida dentro desse objetivo.

No currículo dessa escola, as disciplinas com maior índice de carga horária eram: Prática de Oficina, Desenho e Matemática. Elas eram primordiais para a formação do técnico. Essa característica de disciplinas com predomínio da área das ciências exatas, remete ao incentivo dos governantes brasileiros à industrialização do país, à formação da identidade nacional do “homem novo”, o Homem Trabalhador, ideais que inspiraram a construção do Monumento da Juventude Brasileira

A Matemática aplicada ao Desenho contribuía para a precisão dos valores utilizados, no processo de escolha das normas e na percepção e precisão da representação gráfica dos objetos. O Desenho, como disciplina presente em todas as escolas brasileiras para tal finalidade, já era defendido por Rui Barbosa (BARBOSA, 1882/2004), que preconizava, em sua época, essa matéria como sendo fundamental em todas as escolas de países que almejavam a industrialização. Porém, naquele momento da História, as ideias de Rui Barbosa foram rejeitadas por D. Pedro II, mas germinaram no século seguinte.

Por fim, o ensino de Matemática contribuiu para a formação de um novo perfil de trabalhador para atuar nas indústrias brasileiras em ascensão, durante o Estado Novo varguista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber, nos dois monumentos investigados, a presença do sentimento de gratidão “do povo brasileiro”. Na estátua de D. Pedro I, devemos ser gratos pela Carta

Magna de 1824, elaborada pelo monarca e na Estátua da Juventude, devemos ser gratos a Getúlio Vargas pela dedicação destinada à educação escolar da juventude brasileira. Nesse sentido, a construção de um sentimento de gratidão aos representantes do Estado, omite o que lhes é de obrigação – zelar por seus cidadãos.

Assim, as estátuas possuem uma carga histórica que vai além das mensagens destinadas a emitir; elas carregam consigo, também, elementos históricos de interesses políticos, econômicos e culturais de seus idealizadores. Neste artigo, a construção de um contexto político e econômico contribuiu para a compreensão de um ensino da Matemática nas escolas profissionalizantes brasileiras, em tempos de conflitos na transição do regime de governo Brasil Monarquia/Brasil República, como também, durante o Estado Novo varguista.

Foi necessário investigar os projetos e construção das estátuas, aliados às inter-relações com os documentos referentes ao ensino de Matemática da época de cada monumento. Assim, a disciplina Matemática ‘afinada’, ajustada aos programas de Desenho e à atividade prática de desenhar do aluno, contribuía para a formação de um trabalhador qualificado.

O ensino de Matemática nas escolas de aprendizes e artífices era organizado para atender – meio aos conflitos Império/República – aos interesses de um Brasil recém-republicano, com jovens trabalhadores qualificados e afastados da delinquência. Assim também, no Ensino Técnico, a disciplina Matemática era destinada à construção de uma juventude trabalhadora, grata ao Estado Novo.

Esses resultados apontam para um potencial do estudo de monumentos, em seu contexto político, social e econômico como uma fonte de pesquisa a ser utilizada nos estudos de História da Educação Matemática.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. (2004). Desenho: escola normal de arte aplicada. Parecer apresentado na Câmara do Império em 1882, para Reforma do Ensino primário. In BARBOSA, R. *Desenho um revolucionador de idéias: [120 anos de discurso brasileiro]*. Santa Maria, RS: SCHDS.

BENJAMIM, W. (1987) *Rua de mão única: obras escolhidas*, Volume 2. Tradução por Rubens Rodrigues Torres Filho et al. São Paulo: Editora Brasiliense.

BERGSON, H. (2006). *Memória e vida*. Tradução BERLINER, Claudia. São Paulo: Martins Fontes.

BURKE, P. (2000). *Variedades de História Cultural*. São Paulo-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRASIL (1940). Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escola de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2014.

BRASIL (1942). Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. *Lei Orgânica do Ensino Industrial*. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em: 07. jun. 2014.

BRASIL (1991). Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 25. Ago. 2018.

FARIA, E. (1962). *Dicionário escolar latino-português*. Ministério da Educação e Cultural.

KNAUSS, P. (1999). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras.

LE GOFF, J. (1992). *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

LISSOVSKY, M.; SÁ, P. S. M. de. (1996) *Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Localizado no IPHAN/COPEDOC/ Biblioteca Noronha Santos. Na Série Inventário. Título do Dossiê: histórico, descrição e tombamento do bem. Notação: IRJ-0023.01. Rio de Janeiro/Brasil.

MOURA, E. C. M. (2016). *O Ensino de Matemática em duas escolas profissionalizantes: Brasil e Portugal, no período de 1942 a 1978*. 231 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Rio Claro, São Paulo.

MOURA, E. C. M. (2018). A Estátua Equestre de D. Pedro I e a Educação Matemática nas Escolas de Aprendizes Artífices no início da República. In *Boletim de Educação Matemática* (BOLEMA), Rio Claro (SP), v. 30, n. 56, p. 1244 - 1259, dez. 2016a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bolema/v30n56/1980-4415-bolema-30-56-1244.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.